

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.454 - DF (2019/0339904-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **DISTRITO FEDERAL**
ADVOGADO : **SU YUN YANG E OUTRO(S) - DF009707**
RECORRIDO : **HOTEL PHENICIA LTDA**
ADVOGADOS : **ARTHUR CUNHA COVACEVICK SILVA - DF040327**
BRUNA REGIANI VELOSO E OUTRO(S) - DF041578
GENEVALDO DE FREITAS FILHO - DF048488

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Distrito Federal**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 188/189):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PROVA DOCUMENTAL. PRODUÇÃO DEPOIS DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. EXCEPCIONALIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO ATENDIDOS. ISSQN. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. RECOLHIMENTO INDEVIDO. PLEITO DE RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA INOCORRÊNCIA DO REPASSE. ARTIGO 166 DO CTN. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015. DIREITO INTERTEMPORAL. MAJORAÇÃO À LUZ DO CPC/1973.

I. De acordo com a inteligência dos artigos 396 e 397 do Código de Processo Civil, vencida a fase postulatória somente é admissível a juntada de novos documentos pelo autor para comprovar fatos ocorridos após a propositura da ação, para contrapor-los a documentos aportados aos autos pela parte contrária ou em razão de motivo de força maior.

II. O ISSQN é passível de transferência e por isso pode ser objeto de repetição, desde que demonstrado que o valor recolhido não foi repassado ao consumidor final, no termos do artigo 166 do Código Tributário Nacional.

III. Os honorários de sucumbência provêm da derrota processual e por isso devem ser arbitrados segundo as normas jurídicas em vigor no momento em que a ação é intentada.

IV. Deve ser majorada a verba advocatícia que não atende aos parâmetros do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973.

V. Recurso do Autor desprovido. Recurso do Réu parcialmente provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 228/240).

A parte recorrente aponta violação ao art. 85, § 2º, do CPC/2015; e 20, §§ 3º e 4º do CPC/73. Sustenta, em resumo, que, *"diferentemente do afirmado no acórdão recorrido, os honorários nascem contemporaneamente à sentença e não preexistem à propositura da demanda, devendo, portanto, ser a sentença considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015."* (fl. 253).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação comporta acolhida.

Sobre o tema, anote-se que esta Corte já definiu que o marco temporal para a incidência do novo estatuto processual, no que se refere aos honorários advocatícios sucumbenciais, é a data da sentença.

Nesse sentido, destaca-se:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E INTERTEMPORAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 E PUBLICADA JÁ QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. NOVO ESTATUTO. OBSERVÂNCIA.

1. No que diz respeito às causas em que for parte a Fazenda Pública, o art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015 estabeleceu critérios objetivos para a fixação dos honorários de sucumbência com base no valor da condenação ou do proveito econômico obtido na demanda, prevendo cinco faixas progressivas e escalonadas como parâmetro para tal apuração.

2. Apesar de a propositura da ação demarcar os limites da causalidade e os riscos de eventual sucumbência, o Superior Tribunal de Justiça elegeu a sentença - ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios - como marco para a incidência das regras do novo estatuto processual, notadamente em face da natureza jurídica híbrida do referido instituto (processual-material).

3. A despeito de ser possível a incidência dos honorários previstos nos art. 85, § 11, do CPC/2015, em sede recursal (Enunciado Administrativo n. 7 do STJ), os honorários de sucumbência deverão obedecer à legislação vigente na data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, lembrando-se que a decisão produz todos os seus efeitos jurídicos somente após a sua publicação.

4. Hipótese em que a sentença foi proferida sob a égide do CPC/1973, sendo o decisum, contudo, publicado já na vigência

no novo Código Processual, considerando-se as peculiaridades da contagem dos prazos no processo eletrônico (art. 5º da Lei n. 11.419/2006, c/c o art. 224 do CPC/2015).

5. Recurso especial provido para determinar que o Tribunal de origem reexamine o valor dos honorários de sucumbência, à luz do disposto no art. 85, § 3º e seguintes, do CPC/2015.

(REsp 1.644.846/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 31/08/2017, grifos nossos)

Dessa forma, publicada a sentença dos presentes autos na vigência do CPC/2015, os critérios aplicáveis para a fixação dos honorários advocatícios devem ser os estatuídos no art. 85 do Novo Código.

No caso concreto, depreende-se que o Tribunal de origem, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas relacionadas aos percentuais sobre o valor da condenação, violou a legislação federal neste ponto.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial, em ordem a determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que proceda à fixação dos honorários advocatícios com base nos parâmetros estabelecidos pelo art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator